

11/07/2019

Grande Imprensa

**O GLOBO - RJ**

[Estímulo a pesquisa](#)

[Universidade federal terá vestibular só para trans](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA GLOBO**

[Desbloqueio de R\\$ 7 milhões destrava projetos de ciência e tecnologia, no Rio](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Faz de conta que aposentadoria é educação](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Universidade federal lança vestibular específico para transgêneros, travestis e intersexuais](#)

**AGROSOFT**

[COMPOSTOS QUÍMICOS DE ALTO VALOR A PARTIR DE COPRODUTO DO BIODIESEL](#)

**G1**

[MPF-SC entrega à Justiça denúncia referente à Operação Ouvidos Moucos](#)

**R7**

[Prorrogadas inscrições para curso gratuito de qualificação](#)

**TRIBUNA RIBERÃO**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Como se tornar diplomata, com salário de até R\\$ 27,4 mil](#)

[Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas](#)

Agências de notícias e sites

**A TARDE - BA**

[Revista Bahia Análise & Dados recebe artigos até 9 de setembro](#)

**FOLHA PA**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**GRUPO ORZIL**

[CAPES e USP debatem reestruturação da pós-graduação](#)

[Programa trará assistentes em língua inglesa para o Brasil](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Capes e USP debatem reestruturação da pós-graduação](#)

**JORNAL DIA A DIA**

[Pós-graduação em Educação da UFSCar recebe inscrições em processo seletivo de mestrado e doutorado](#)

**NOTISUL - SC**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**O ESTADO ONLINE**

[Com intercâmbio, acadêmicos da UEMS vão para o Canadá](#)

**UFPEL**

[Conectar gradua Indeorum e tem quatro novas empresas incubadas](#)

Agências de notícias e sites

**CORREIO DE NOTÍCIAS ON LINE**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**CORREIO DO ESTADO - MS**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**O DEBATE - MA**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**O PROGRESSO - MA**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[MEC divulga resultado do Fies do segundo semestre](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[MEC quer condicionar repasse para estados a resultados na educação](#)

**G1**

[Prefeitura de Campinas faz ação para identificar alunos superdotados e programa centro de altas habilidades](#)

**TERRA**

[MEC divulga resultado do Fies do segundo semestre](#)

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Estímulo a pesquisa**

**Desbloqueio de R\$ 7 milhões destrava projetos de ciência e tecnologia**

A liberação de mais de R\$ 7 milhões vai permitir a retomada ou a continuidade de pesquisas que estavam em risco por falta de verbas, em áreas como nanotecnologia, dengue e HIV, nas principais instituições do estado do Rio.

A verba foi direcionada pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) a projetos de Fiocruz, UFRJ, UFF, Uerj, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e PUC, entre outros. Ao todo, são 45 projetos contemplados pelo desbloqueio. Metade do dinheiro vem do governo do Estado, e a outra, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) —parcela depositada em 2015, mas que precisava de decisão do Estado para ser liberada.

O investimento é para o Programa de Núcleos de Excelência (Pronex), uma parceria da Faperj com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio e o CNPq, e não envolve o pagamento de bolsas. O valor já repassado aos pesquisadores corresponde à primeira de três parcelas. As outras duas, segundo Jerson Lima Silva, presidente da Faperj, devem vir em até dois anos. O investimento total é de R\$ 24 milhões, sendo R\$ 12 milhões da Faperj e R\$ 12 milhões do CNPq.

Silva afirma que esses recursos são para reabastecer o sistema que "sofreu muito com a crise a nível nacional e estadual". Os recursos apenas para os projetos dos Núcleos de Excelência, por exemplo, estavam bloqueados desde 2016.

— Esse investimento é para financiar a pesquisa de excelência, cujos temas são muito importantes, com implicações em áreas que vão desde nanotecnologia a humanidades  
— afirma Lima Silva, ressaltando a necessidade de dinheiro para o custeio de materiais:  
— O que adianta um pesquisador receber bolsa se não tem recursos para fazer experimentos de ponta e buscar soluções para zika, por exemplo? Não adianta ter ideias excelentes e não ter como executá-las.

Os recursos do Pronex destinam-se, prioritariamente, aos projetos de natureza experimental, que exigem equipamentos de grande porte e reagentes. Em média, de acordo com o presidente da Faperj, cada projeto está recebendo entre R\$ 150 mil e R\$

200 mil do total liberado.

Entre os projetos contemplados está o de "Novos antivirais contra HIV e dengue", do Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ. O centro de estudos é o responsável por identificar o vírus mayaro, "primo" do chicungunha, no estado do Rio.

"É UM ALÍVIO"

O investimento, segundo o coordenador do laboratório, Amílcar Tanuri, ajudou a retomar a pesquisa no assunto, com a compra de reagentes e o conserto de equipamentos. Ali, há ainda outro braço de estudos, em Aids, na pesquisa de uma molécula que fortalece o sistema imunológico dos pacientes. Para Tanuri, o aporte foi um alívio, um alento que revigorou os laboratórios na parte experimental.

— Estávamos até parados por conta da falta de reagente—comenta.

— Nosso laboratório está no meio da investigação do vírus mayaro. Estávamos preocupados porque não tinha dinheiro para continuar tocando o projeto. Embora ainda exista mais para ser liberado, conseguimos reiniciar o trabalho. Não é um volume enorme, mas, para a falta que estava, já é um alento.

O professor da UFRJ, médico e virologista acrescenta que a boa notícia não resolve a preocupação com os recentes cortes feitos pelo governo federal que afetaram as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação, nem a falta de verbas que ameaça a suspensão das bolsas também do CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O coordenador do Laboratório de Materiais Nanoestruturados da PUC-Rio e professor do Departamento de Física da instituição, Fernando Lázaro, pontua que o dinheiro desbloqueado ajudará na compra de materiais determinantes para o andamento da pesquisa. O investimento foi recebido na última semana. A verba vai para um projeto de nanodispositivos da PUC, em colaboração com o CBPF, para desenvolver dispositivos nanoestruturados, como sensores de gás para controle ambiental.

Lázaro comemora a quantia liberada, mas ressalva que é uma parcela pequena diante do que precisam: — Vamos usá-lo, basicamente, para custeio: material de pesquisa com os quais gastamos muito por serem caros. Estávamos ficando no limite. Se não tem o material básico, como produtos químicos, não adianta ter equipamento funcionando.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Universidade federal terá vestibular só para trans**

### **Unilab oferece 120 vagas em cursos de graduação como Administração, Agronomia e Matemática, no Ceará e na Bahia**

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) lançou nesta semana um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais. A instituição federal disponibilizará 120 vagas em 15 cursos presenciais em três campi, dois no Ceará e um na Bahia.

As inscrições começam em 15 de julho e vão até o dia 24. No edital, a universidade

destaca que "poderão concorrer às vagas estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e inter-sexuais oriundos de qualquer percurso escolar, e que tenham concluído o ensino médio". A prova será no dia 21 de agosto, e o ingresso, em setembro.

Em janeiro, a Universidade Federal da Bahia (UF-BA) publicou um edital para minorias, mas a população LGBTI concorria com índios, quilombolas e refugiados, e não em um processo específico.

— Não se trata de cotas. É um edital temático. Já tínhamos a prática de fazer esse tipo de edital com quilombolas e indígenas e, devido à minha presença na Unilab como a primeira doutora professora travesti do país, me senti na obrigação de fazer um trabalho que incluísse essa população historicamente discriminada — diz a docente Luma Nogueira de Andrade, doutora em educação.

O edital utiliza vagas ociosas na seleção regular. Entre os cursos disponíveis, estão Administração, Agronomia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Enfermagem e Matemática.

Mas não foi fácil conseguir as vagas, diz a professora. Segundo ela, muitos colegiados não queriam abrir vagas para pessoas trans. Ela afirma que, "com diálogo pacífico", conseguiu que a maioria aderisse.

Os candidatos terão de encaminhar uma auto declaração confirmada por alguma instituição que trabalhe com o público LGB-TI. E um relato sobre sua trajetória escolar, a vivência na sociedade e expectativas em relação ao ingresso em uma universidade pública. O material será avaliado por uma banca, e é uma das etapas da seleção. A outra parte é a redação.

Para Andrade, a iniciativa é um marco na promoção de direitos para essa população: — As pessoas transgênero e intersexuais precisam de uma formação para atuar no mercado formal. Muitos as criticam por não estar no mercado, mas não lembram que essa população não tem o apoio da família ou é aceita na escola. Muitas vezes, não têm outra opção senão o próprio corpo para sobrevivência e partem para atividades profissionais marginalizadas.

[topo](#)

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Desbloqueio de R\$ 7 milhões destrava projetos de ciência e tecnologia, no Rio Verba beneficia projetos de Fiocruz, UFRJ, UFF, Uerj, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e PUC**

RIO — A liberação de mais de R\$ 7 milhões vai permitir a retomada ou a continuidade de pesquisas que estavam em risco por falta de verbas, em áreas como nanotecnologia, dengue e HIV, nas principais instituições do estado do Rio.

A verba foi direcionada pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) a projetos de Fiocruz, UFRJ, UFF, Uerj, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e PUC, entre outros. Ao todo, são 45 projetos contemplados pelo desbloqueio. Metade do dinheiro vem do governo do Estado, e a outra, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — parcela depositada em 2015, mas que precisava de decisão do Estado para ser liberada.

O investimento é para o Programa de Núcleos de Excelência (Pronex), uma parceria da Faperj com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio e o CNPq, e não envolve o pagamento de bolsas. O valor já repassado aos pesquisadores corresponde à primeira de três parcelas. As outras duas, segundo Jerson Lima Silva, presidente da Faperj, devem vir em até dois anos. O investimento total é de R\$ 24 milhões, sendo R\$ 12 milhões da Faperj e R\$ 12 milhões do CNPq.

Silva afirma que esses recursos são para reabastecer o sistema que “sofreu muito com a crise a nível nacional e estadual”. Os recursos apenas para os projetos dos Núcleos de Excelência, por exemplo, estavam bloqueados desde 2016.

— Esse investimento é para financiar a pesquisa de excelência, cujos temas são muito importantes, com implicações em áreas que vão desde nanotecnologia a humanidades — afirma Lima Silva, ressaltando a necessidade de dinheiro para o custeio de materiais: — O que adianta um pesquisador receber bolsa se não tem recursos para fazer experimentos de ponta e buscar soluções para zika, por exemplo? Não adianta ter ideias excelentes e não ter como executá-las.

Os recursos do Pronex destinam-se, prioritariamente, aos projetos de natureza experimental, que exigem equipamentos de grande porte e reagentes. Em média, de acordo com o presidente da Faperj, cada projeto está recebendo entre R\$ 150 mil e R\$ 200 mil do total liberado.

Entre os projetos contemplados está o de “Novos antivirais contra HIV e dengue”, do Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ. O centro de estudos é o responsável por identificar o vírus mayaro, “primo” do chicungunha, no estado do Rio.

“É um alívio”, diz coordenador de laboratório. O investimento, segundo o coordenador do laboratório, Amílcar Tanuri, ajudou a retomar a pesquisa no assunto, com a compra de reagentes e o conserto de equipamentos. Ali, há ainda outro braço de estudos, em Aids, na pesquisa de uma molécula que fortalece o sistema imunológico dos pacientes. Para Tanuri, o aporte foi um alívio, um alento que revigore os laboratórios na parte experimental.

— Estávamos até parados por conta da falta de reagente — comenta. — Nosso laboratório está no meio da investigação do vírus mayaro. Estávamos preocupados porque não tinha dinheiro para continuar tocando o projeto. Embora ainda exista mais para ser liberado, conseguimos reiniciar o trabalho. Não é um volume enorme, mas, para a falta que estava, já é um alento.

O professor da UFRJ, médico e virologista acrescenta que a boa notícia não resolve a preocupação com os recentes cortes feitos pelo governo federal que afetaram as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação, nem a falta de verbas que ameaça a suspensão das bolsas também do CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O coordenador do Laboratório de Materiais Nanoestruturados da PUC-Rio e professor do Departamento de Física da instituição, Fernando Lázaro, pontua que o dinheiro desbloqueado ajudará na compra de materiais determinantes para o andamento da

pesquisa. O investimento foi recebido na última semana. A verba vai para um projeto de nanodispositivos da PUC, em colaboração com o CBPF, para desenvolver dispositivos nanoestruturados, como sensores de gás para controle ambiental.

Lázaro comemora a quantia liberada, mas ressalva que é uma parcela pequena diante do que precisam:

— Vamos usá-lo, basicamente, para custeio: material de pesquisa com os quais gastamos muito por serem caros. Estávamos ficando no limite. Se não tem o material básico, como produtos químicos, não adianta ter equipamento funcionando.

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **Faz de conta que aposentadoria é educação**

#### **Alunos e professores deveriam se ocupar da defesa de recursos**

Mais uma vez, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acatou – inconstitucionalmente – a inclusão de gastos com aposentadorias e pensões nos recursos mínimos que o governo paulista tem obrigação de aplicar para atender a mais de 3,5 milhões de alunos nas 5.000 escolas da sua rede pública de ensino.

Ao apreciarem as contas do ano passado dos ex-governadores Geraldo Alckmin e Márcio França, os conselheiros decidiram dar mais cinco anos de prazo para a exclusão desse cômputo irregular. A despeito da impugnação do Ministério Público de Contas, prevaleceu o faz de conta que previdência é educação até 1º de janeiro de 2024.

É espantosa a alegação de que proibir o desvio de recursos educacionais para cobertura de rombo previdenciário seria uma medida complexa demais para ser resolvida rapidamente, como se esse problema fosse recente. Ora, já em 2000, a CPI da Educação, criada pela Assembleia Legislativa, havia comprovado esse e outros desvios perpetrados entre 1995 e 1998.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), de 1996, nunca foi plenamente cumprida pelos sucessivos governadores paulistas que embutiram despesas relativas a aposentadorias e pensões dentro do gasto mínimo estadual em educação e dentro da aplicação dos recursos dos fundos de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (anterior Fundef e atual Fundeb). Só nos últimos oito anos, cerca de R\$ 28 bilhões (em valores corrigidos pelo IPCA) foram desviados do Fundeb para cobrir insuficiência financeira da SPPrev.

Décadas se passaram no estado mais rico da Federação e agora, a pretexto de gerir escolhas trágicas diante da crise fiscal, negou-se, de novo, o estrito e imediato cumprimento às Constituições Federal e Estadual e à LDB. Todos sabem que é inconstitucional e ilegal, mas adiam a resolução do problema para o próximo governante, ao custo da má qualidade da educação básica estadual e da ocultação contábil do passivo previdenciário.

As consequências desse desfalque são gravíssimas. Um jovem egresso do ensino médio paulista sai da rede pública estadual sabendo o equivalente ao esperado para a nona série do ensino fundamental. Em matemática, só 10% dos estudantes têm conhecimentos satisfatórios e apenas 33% sabem o suficiente de língua portuguesa. Há índices alarmantes de evasão escolar, precariedade estrutural e superlotação das salas de

aula, contratações temporárias em excesso e falta de valorização dos profissionais da educação, entre outros dados que atestam a crise educacional paulista.

Em 2015, os estudantes se manifestaram ocupando as escolas. Talvez agora, eles e seus professores devessem também “se ocupar” da defesa dos recursos constitucionalmente vinculados à educação básica. Se as mobilizações no ensino superior foram capazes de impugnar parte do contingenciamento que atinge as universidades federais, com maior ênfase é preciso desvendar o custo da ignorância imposto aos milhões de crianças e jovens da educação básica paulista por essa bilionária, histórica e inconstitucional sonegação dos recursos a ela vinculados.

Não podemos aceitar o faz de conta que sacrifica o presente e o futuro da educação pública para ocultar o passivo previdenciário mal resolvido ao longo das últimas décadas de pedaladas educacionais em São Paulo.

Cesar Callegari

Sociólogo, membro do Conselho Nacional de Educação e presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada

Élida Graziane Pinto

Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Universidade federal lança vestibular específico para transgêneros, travestis e intersexuais**

#### **Segundo organizadores, iniciativa é inédita; Unilab oferece 120 vagas em diversos cursos de graduação nas unidades do Ceará e da Bahia**

RIO- A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) lançou, na terça-feira, um vestibular específico para candidatas transgêneros e intersexuais. A instituição, que é federal, disponibilizará 120 vagas em 15 cursos presenciais da instituição em três campi da Unilab, dois no Ceará e um na Bahia. De acordo com os organizadores, a iniciativa é inédita no país.

As inscrições começam no dia 15 de julho e vão até o dia 24. No edital, a universidade destaca que "poderão concorrer às vagas ofertadas neste edital estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais oriundos de qualquer percurso escolar, e que tenham concluído o ensino médio." A prova será realizada no dia 21 de agosto. As vagas são para ingresso já em setembro deste ano.

Em janeiro desse ano, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) publicou um edital para minorias, mas a população LGBT concorria junto com índios, quilombolas e refugiados, e não em um processo específico.

— Escutamos falar em cotas raciais, indígenas e para população LGBT, mas não se trata de cotas. No nosso caso, é um edital temático. Já tínhamos a prática de fazer esse tipo de edital com quilombolas e indígenas e, devido a minha presença na Unilab como a primeira doutora professora travesti do país, me senti na obrigação de fazer um trabalho que incluísse essa população que é historicamente discriminada. Então passei dialogar internamente para que pudéssemos ter o mesmo tipo de edital para transgêneros e intersexuais. É algo inédito — explicou a docente Luma Nogueira de Andrade, doutora

em educação.

O edital utiliza vagas que ficaram ociosas na seleção regular. Entre os cursos disponíveis estão Administração, Agronomia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Enfermagem e Matemática. A professora explica, no entanto, que enfrentou resistência interna para conseguir as vagas para a seleção.

— Depois de conseguir o aval para a existência da seleção, tivemos que lutar pelas vagas. Muitos colegiados ligados aos cursos não queriam abrir vagas para pessoas trans, fomos até eles para dialogar, já que alguns já tinham vagas para quilombolas e indígenas. Eu já temia que isso pudesse acontecer, mas a gente conseguiu rebater todas as críticas. Teve colegiado que não queria aceitar, porque poderia ter problema com o uso dos banheiros. Com diálogo pacífico conseguimos que a maioria aderisse — contou a professora.

A universidade pede que os candidatos encaminhem uma autodeclaração confirmada por alguma instituição que desenvolve trabalho com o público LGBT. Na inscrição, os candidatos deverão encaminhar um "memorial", ou seja, um relato de suas histórias pessoais que falem sobre sua trajetória escolar, a vivência na sociedade e as expectativas em relação ao ingresso em uma universidade pública. Os candidatos também deverão falar sobre a importância de obter essa formação para sua vida.

O memorial será avaliado por uma banca e vale como uma das etapas da seleção. A segunda parte é composta por uma prova de redação. Na hora da prova, será sorteado um dos cinco temas previstos no edital e os candidatos terão que escrever um texto de 20 a 30 linhas. O documento traz as seguintes opções: Representatividade das pessoas transgêneras e intersexuais nas redes sociais; os desafios da família contemporânea; políticas de inclusão social no mercado de trabalho e na universidade; práticas de prevenção e combate ao bullying; identidade e empoderamento social.

## Garantia de direitos

Para Andrade, a iniciativa é um marco na promoção de direitos para essa população:

— Esse vestibular representa a garantia de direitos fundamentais, do direito à educação. As pessoas transgênero e intersexuais necessitam de uma formação para atuar no mercado formal e precisam acessar a universidade. Muito se critica essas pessoas, porque não estão no mercado, mas os críticos não se lembram que essa população não tem o apoio da família, não é aceita na escola, e é deixada de lado. Muitas vezes, não essas pessoas não têm outra opção senão o próprio corpo como forma de sobrevivência e partem para atividades profissionais marginalizadas.

O vestibular da Unilab foi recebido com festa pela comunidade trans. Secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Bruna Benevides explica que a iniciativa é fundamental para garantir igualdade na oferta de oportunidades e isso não significa uma tentativa de "higienização" dessa população, ou seja, um desejo de impedir que essas pessoas atuem, por exemplo, na prostituição.

— Estamos lutando pela igualdade de oportunidade. Assim como há pessoas que estão na prostituição e querem continuar e respeitamos isso, há quem não queira. Quando

abrimos um projeto como esse, nada mais é que criar oportunidade para quem nunca teve. É uma forma de equiparar a desigualdade no acesso e não de promover uma higienização. Muitas pessoas foram jogadas na prostituição compulsoriamente e essa medida é um resgate para aquelas que assim desejarem — opinou Benevides.

País que mais mata transexuais

Segundo um relatório da ONG Transgender Europe, divulgado em novembro do ano passado, o Brasil é o país com maior taxa de assassinatos de transexuais em comparação com 72 países do planeta.

Nesse sentido, o benefício da inclusão dessas pessoas no sistema educacional não fica restrito a esse grupo. De acordo com a socióloga Marlise Matos, que coordena um núcleo de gênero na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os reflexos da inserção desse público nas instituições de ensino serão positivos para a comunidade no entorno da universidade. As vagas estão disponíveis nas cidades de Redenção e Acarapé, no Ceará, e em Baixa Fria, na Bahia.

— A taxa de morte de pessoas trans é altíssima no Brasil. A média de vida é trinta e poucos anos, essas pessoas não têm alternativa de trabalho, muitas são expulsas de casa e vão acabar na prostituição por completa falta de alternativa. Pessoas com identidades e sexualidade dissidentes trazem uma visão de mundo muito particular e podem trazer contribuições muito plurais. É uma convivência que pode ser muito salutar — analisou.

O GLOBO entrou em contato com o Ministério da Educação (MEC) para saber se existe outra iniciativa semelhante no país e questionou se o órgão aprova a medida, em nota, o MEC respondeu apenas que "as instituições de ensino superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso". A pasta disse ainda que a autonomia é garantida pela Constituição.

topo ↕

## **AGROSOFT - TEMPO REAL COMPOSTOS QUÍMICOS DE ALTO VALOR A PARTIR DE COPRODUTO DO BIODIESEL**

Pesquisadores da Embrapa Agroenergia (DF) estão usando a glicerina gerada no processo de produção de biodiesel para obter compostos químicos valorizados pela indústria. O coproduto é usado por microrganismos como fonte de carbono para a produção de ácidos orgânicos e outras substâncias (polióis, dióis e cetonas) que podem ser vendidas para indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas e químicas. Isso significa que, com o aproveitamento desse coproduto, a indústria poderá lucrar entre dez e 100 vezes mais do que comercializar a glicerina bruta, a depender do composto químico produzido e para qual finalidade.

Trata-se de um destino mais nobre e uma forma de valorizar a glicerina, que costuma ser vendida em sua forma bruta ou purificada, ou ainda queimada nas próprias usinas de biodiesel para gerar energia. A glicerina é gerada na produção do biodiesel e provém da mistura de um álcool com um óleo vegetal ou gordura animal, reação que é acelerada com a adição de um catalisador químico para formar o combustível. Dessa reação surge um volume composto aproximadamente de 90% de biodiesel e 10% de glicerina.

Os trabalhos de pesquisa fizeram parte do projeto Bioglic – Aproveitamento da glicerina coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos visando agregar valor à

cadeia produtiva do dendê. Além da Embrapa Agroenergia, participam pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (AM) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2018 foram produzidos mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de biodiesel.

O projeto de pesquisa teve duração de quatro anos e obteve bons resultados ao avaliar glicerinas oriundas do biodiesel fabricado a partir de soja e dendê. “Conseguimos mostrar que esses processos de bioconversão são viáveis tecnicamente e que é possível produzir compostos químicos de interesse comercial a partir da glicerina bruta com um rendimento igual ou até mesmo superior ao obtido com a glicerina pura”, destaca a pesquisadora da Embrapa Agroenergia Mônica Damaso, que coordenou os trabalhos. Com o projeto, foi possível selecionar microrganismos que conseguem utilizar a glicerina bruta e convertê-la em diferentes compostos químicos. “Vários microrganismos podem ser utilizados no processo, como bactérias, leveduras ou fungos filamentosos”, informa a pesquisadora.

Damaso conta que a próxima etapa do projeto envolve a busca de parcerias com a iniciativa privada. Com isso, os pesquisadores querem aumentar a escala de produção dos compostos químicos para uma etapa em biorreator em bancada. Segundo Mônica Damaso, posteriormente, pretende-se fazer testes para obtenção desses compostos químicos em escala-piloto, que futuramente possam ser produzidos comercialmente por empresas parceiras.

A pesquisa se fundamentou em três pilares: seleção de microrganismos, métodos analíticos para identificação e quantificação dos compostos e processos de biotransformação da matéria-prima nos compostos químicos.

O primeiro grupo envolve a seleção de microrganismos, sejam aqueles isolados da natureza durante o projeto ou os já pertencentes à coleção da Embrapa Agroenergia. Eles são avaliados quanto à capacidade de produção dos compostos químicos de interesse a partir da glicerina.

Como uma grande quantidade de compostos é gerada, é fundamental o desenvolvimento de métodos rápidos e sensíveis para identificar esses produtos e quantificar o nível de produção. Os pesquisadores conseguiram elaborar um método capaz de aumentar em doze vezes a velocidade de identificação dos compostos.

No início do projeto, apenas 24 amostras eram analisadas por dia. No fim dos trabalhos já era possível analisar 288. Isso se tornou possível porque o método – que era totalmente manual para as etapas de injeção, calibração e limpeza – tornou-se totalmente automatizado.

Em relação à quantificação dos compostos químicos, foram desenvolvidos dois métodos. Um possibilita identificar e quantificar até dez ácidos orgânicos e o outro, até 11 polióis em apenas 20 minutos.

“É importante desenvolver novos métodos capazes de processar uma quantidade maior

de amostras em menor tempo justamente pela economia de tempo dos equipamentos e diminuição dos resíduos gerados durante o processamento dessas amostras. Além de serem mais rápidos, os métodos criados são mais ecológicos, gerando menor impacto para o meio ambiente”, explica o analista da Embrapa José Antônio Ribeiro.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **MPF-SC entrega à Justiça denúncia referente à Operação Ouvidos Moucos Caso está em sigilo. PF apurou suposto desvio de dinheiro de cursos de ensino à distância da UFSC.**

O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia à Justiça Federal referente à Operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal, que apurou possíveis desvios de dinheiro dos cursos de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conforme a NSC TV, 13 pessoas teriam sido formalmente acusadas, mas os nomes não foram confirmados pela Procuradoria da República em Santa Catarina porque o caso está em sigilo.

O documento foi entregue em 21 de junho e até esta sexta-feira (10) a Justiça ainda não havia decidido se iria aceitar a denúncia e tornar os acusados réus. A juíza Janaína Cassol Machado, que na época decretou a prisão do então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e de mais seis pessoas, é quem deve analisar o texto.

O inquérito da PF sobre o caso foi finalizado em abril de 2018 e indiciou 23 pessoas, entre elas oito professores da instituição de ensino superior.

#### Ouvidos Moucos

A PF deflagrou a operação em setembro de 2017 para investigar supostas irregularidades em cursos de ensino à distância da UFSC. Sete pessoas foram presas, entre elas o, na época, reitor da UFSC. Ele teria ignorado as denúncias sobre ilegalidades na universidade e tentado atrapalhar as investigações, feitas pela Corregedoria da instituição.

Cancellier e os outros presos foram soltos no dia seguinte, mas ele ficou proibido de entrar na universidade. Dezoito dias depois, o reitor cometeu suicídio ao se jogar do 5º andar de um shopping de Florianópolis.

#### Inquérito

No relatório final da investigação, concluído sete meses depois que a operação foi deflagrada, a PF indiciou 23 pessoas por crimes como lavagem de dinheiro e peculato - obter vantagem em função do cargo público.

A polícia afirma que um grupo de professores e técnicos montou uma organização criminosa para desviar dinheiro público da UFSC: os recursos captados para projetos de Ensino a Distância (EAD) seriam repartidos entre os envolvidos.

A PF apontou ainda que havia simulação de prestação de serviços gráficos por uma empresa ligada ao grupo, pagamentos por serviços não realizados e de gratificações irregulares.

#### Cancellier

O inquérito da PF não aponta que o então reitor teria se beneficiado do suposto

esquema, mas afirma que ele "articulou-se juntamente com os investigados para parar a ação da corregedoria..." e que fazia "(...) investigações internas sobre irregularidades na gestão de recursos do EAD".

A polícia diz ainda que Cancellier "nomeou e manteve em posição de destaque no âmbito do Ensino à Distância o grupo de professores que manteve a política de desvios e direcionamento nos pagamentos das bolsas do EAD e outras fraudes...." e que, portanto, sustentava e respaldava os investigados.

O advogado Hélio Brasil, que representava o reitor, contesta todas as acusações.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

## FLORIANÓPOLIS

topo ↕

### R7 - TEMPO REAL

#### **Prorrogadas inscrições para curso gratuito de qualificação**

#### **Programa Novotec oferece 3 mil vagas aos Interessados nos cursos de Educação a Distância. Interessados tem até domingo para participar**

As inscrições para o Programa Novotec Virtual foram prorrogadas até o próximo domingo (14). Os cursos são voltados para quem busca qualificação profissional e são gratuitos na modalidade EAD (Ensino a Distância).

O Novotec é promovido pela SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo), em parceria com o Centro Paula Souza (CPS) e oferece três mil vagas para os cursos de Assistente de Desenvolvimento de Sistemas e Assistente de Planejamento.

Podem participar estudantes de Ensino Médio de escolas da rede da Secretaria da Educação de todo o Estado. Os interessados devem se inscrever gratuitamente pelo site.

Os cursos utilizam a plataforma da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), com conteúdo elaborado pelo Centro Paula Souza e acompanhamento de um tutor. O início das aulas está previsto para o dia 5 de agosto. A carga horária é de 10 horas semanais, com duração de dois semestres, contabilizando um total de 400 horas.

#### **Cursos presenciais**

Termina na próxima sexta-feira (12) o período de matrícula para os convocados na primeira chamada dos cursos presenciais do Programa Novotec Expresso. A lista de classificação geral está disponível na internet.

É necessário comparecer pessoalmente na Escola Técnica Estadual (Etec) ou na Faculdade de Tecnologia do Estado (Fatec) responsável pelo curso com os seguintes documentos: carteira de identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e número do Registro de Aluno (RA). Beneficiários de programas sociais devem apresentar também o certificado de inscrição no Cadastro Único (CAD).

topo ↕

### TRIBUNA RIBERÃO - TEMPO REAL

#### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

#### Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capex [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

#### Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o

Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

[topo](#)

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Como se tornar diplomata, com salário de até R\$ 27,4 mil

O diplomata é um servidor público federal responsável por representar os interesses do Brasil no exterior. Participa de reuniões internacionais, negocia em nome do país e auxilia na formulação e na execução da política externa brasileira.

Com salário bruto de R\$ 19,2 mil a R\$ 27,4 mil, é uma das ocupações mais disputadas no país. No último concurso, realizado em 2018, foram 278 candidatos por vaga.

O UOL preparou um guia com informações para quem deseja seguir nessa carreira. Como se tornar um diplomata?

Para trabalhar como diplomata, o candidato precisa ser aprovado em um concurso realizado pelo Instituto Rio Branco, órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores. O que faz exatamente um diplomata?

Os diplomatas representam o Brasil perante a comunidade internacional. São

responsáveis por colher informações necessárias à formulação da política externa, participar de reuniões internacionais, negociar em nome do país, dar assistências às missões no exterior e promover a cultura e os valores do povo brasileiro.

Ao longo da carreira, costumam tratar de assuntos como paz e segurança, normas de comércio, direitos humanos, meio ambiente, tráfico de drogas e fluxos migratórios. Quais são os requisitos necessários para ser um diplomata?

Além de ser aprovado no concurso, é preciso ter no mínimo 18 anos, ser brasileiro nato, estar em dia com as obrigações eleitorais e com o serviço militar (no caso de homens) e apresentar diploma de qualquer curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Se o diploma for estrangeiro, é necessário fazer a revalidação em alguma instituição nacional.

Qual curso superior fazer para se tornar um diplomata?

Qualquer um que seja aprovado pelo MEC. Análise do Instituto Rio Branco, no entanto, mostra que a maioria dos aprovados tem formação em cursos da área de humanas, como direito, administração, ciência política, relações internacionais, economia, letras, comunicação social, história e geografia.

Quando o concurso para diplomata acontece?

O concurso de admissão à carreira de diplomata ocorre conforme a necessidade de preencher cargos e disponibilidade de Orçamento.

Quando será o próximo concurso para diplomata?

O próximo concurso deve acontecer neste segundo semestre. O regulamento foi publicado em junho no Diário Oficial da União, e o edital com as datas das inscrições e da prova deve ser divulgado em breve.

Quantas vagas há no concurso para diplomata?

Isso varia conforme a necessidade. No concurso previsto para este ano, há 20 vagas para preenchimento imediato.

Como é a prova do concurso?

Neste ano, serão duas fases. A primeira consiste em uma prova objetiva, de caráter eliminatório, com questões de língua portuguesa e inglesa, história do Brasil, história mundial, política internacional, geografia, economia, direito e direito internacional público.

A segunda fase do concurso tem provas escritas, de caráter eliminatório e classificatório, com perguntas de história do Brasil, geografia, política internacional, economia, direito e direito internacional público, além de língua portuguesa, inglesa, espanhola e francesa.

Qual a concorrência para o concurso de diplomata?

Em 2018, foram disponibilizadas 26 vagas, sendo 19 para ampla concorrência, duas para pessoas com deficiência e cinco para negros. Na ampla concorrência a relação candidato/vaga foi de 278,63.

Qual o salário de um diplomata?

Quando passa no concurso, o diplomata ocupa o cargo de terceiro-secretário, com remuneração inicial bruta de R\$ 19.199,06. Ao longo da carreira, o profissional pode ser promovido a segundo-secretário (R\$ 21.226,79), primeiro-secretário (R\$ 22.802,63), conselheiro (R\$ 24.500,44), ministro de segunda classe (R\$ 26.319,29) e embaixador/ministro de primeira classe (R\$ 27.369,67). Os valores são corrigidos anualmente.

Os critérios de promoção são: antiguidade, merecimento, período mínimo de permanência de três anos em cada classe, tempo de serviço no exterior, tempo de carreira e conclusão de cursos específicos. As promoções também ficam condicionadas a votos de colegas de trabalho, superiores e do ministro da pasta. A chegada ao topo da carreira leva no mínimo 20 anos.

Quanto tempo é preciso estudar para passar no concurso para diplomata?

Depende. O diplomata Daniel Köhler Leite, que passou no concurso de 2017, preparou-se ao longo de pouco mais de três anos antes de conseguir ingressar na carreira. Na sua turma, segundo ele, a média foi de quatro anos e meio de estudo.

"Eu costumava estudar entre oito e 12 horas por dia. Fazia leituras, simulados, fichamentos e grupos de estudo. O único dia em que eu descansava era no domingo", disse o profissional, que é formado em economia na Universidade de Munique, na Alemanha.

Diplomata só trabalha no exterior ou pode atuar no Brasil também?

Segundo Köhler Leite, nos primeiros anos de carreira, o profissional geralmente fica no Brasil. Depois, no entanto, vai para outros países, pois é necessário para subir na carreira.

Köhler Leite está lotado no departamento de Comunicação Social do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), em Brasília.

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas**

"Comunista, baderneiro e viado." Muitas dessas palavras foram escritas em uma carta anônima espalhada em pontos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pouco mais de uma semana após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos ataques, continha ameaças a alguns estudantes e professores da instituição. Entre os citados, está a professora Luciana Vieira, coordenadora da diretoria LGBT da UFPE - primeira universidade do país a criar, em 2015, uma diretoria específica para a comunidade no campus.

"Outra doutrinadora perigosa é a Luciana Vieira/Sociologia. Ela apoia travecos (sic) a disseminarem a ideologia de gênero na TV da universidade. Seus orientandos também são todos degenerados", dizia o documento apócrifo.

No mesmo ritmo em que políticas para promoção de direitos LGBT vêm mudando a cara de universidades públicas no Brasil, como as cotas para pessoas trans, crescem também mensagens de ódio e desrespeito dentro do campus. Para essas minorias, a permanência na universidade tem sido um ato de resistência.

Ao longo de 2019, a diretoria LGBT da UFPE voltou a sofrer ameaças em telefonemas anônimos. Desde então, o prédio da diretoria ganhou reforço na vigilância, e a professora Luciana Vieira passou a circular com segurança pessoal. "A violência LGBT está em todos os espaços da universidade, aqui não é uma bolha. Vivemos em um país lgbtfóbico, não seria diferente no âmbito da universidade", diz Luciana.

Cota e inclusão

Um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgado em maio deste ano, mostra que a proporção de graduandos que não se classificam como heterossexuais não chega nem a um quinto do total. Na pergunta sobre orientação sexual inserida pela primeira vez na pesquisa, 16,4% se disseram LGBT num universo de 63 universidades e 424 mil estudantes.

No tópico sobre gênero, os que se declaram trans representam um universo muito menor: 0,2% do total. Porém, quando agrupados todos os universitários que não se identificam como cis (homem ou mulher), a proporção é de 11,6% do total. "Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada", diz o levantamento da Andifes na síntese dos resultados.

Estudantes com identificação trans começaram a ser incluídos nas cotas sociais na graduação desde o ano passado, mas o número de instituições com vagas reservadas para transexuais, travestis e transgênero ainda é pontual. Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas.

Na graduação, começou com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, seguida pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Em Pernambuco (UFPE), a previsão é que a resolução seja aprovada no segundo semestre de 2019. Nos programas de pós-graduação, há pelo menos 16 instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa para trans no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE).

Especialista em educação, o diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Julvan Moreira, diz que as cotas públicas, assim como outras ações, são essenciais para ampliar vozes das minorias dentro do sistema educacional. "A função da universidade é reconhecer essas políticas de inserção na defesa de um público que é discriminado historicamente", defende. No atual cenário político, afirma, é preciso cada vez mais que esses grupos ganhem espaço.

Na UFABC, onde a reserva de 32 vagas foi aprovada em outubro do ano passado, a diretora LGBT do Diretório Central dos Estudantes, Beatriz Baria, conta que foi difícil incluir as pessoas trans nas cotas sociais da universidade. "Foi um processo muito complicado, principalmente porque dentro desses conselhos existe uma bancada de professores conservadores. Essa [resolução] de reserva de vagas foi barrada várias vezes", relata.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pastor Tupirani da Hora entrou com uma ação popular contra a reserva de duas vagas para travestis e trans de um total de 25 na seleção de 2018 para o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Líder da Igreja Geração Jesus Cristo (cujo lema é "Bíblia sim, Constituição não"), o pastor argumentou que a reserva de vagas ofende a ampla concorrência, a moralidade e a legalidade administrativa. A Justiça acabou suspendendo as vagas, em primeira e segunda instância.

Vitorioso, o pastor investiu contra as cotas sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), também no Rio de Janeiro, para suspender a reserva de vagas para candidatos trans no processo seletivo de 2018 do programa de mestrado e doutorado em Comunicação. Neste caso, a Justiça deu ganho de causa à UFF, que reserva uma vaga - adicional às 20 que oferece anualmente no programa de mestrado - para candidatos transgênero, transexuais ou travestis.

#### Visibilidade na universidade

"Eu sou um corpo muito visível dentro do espaço acadêmico." Primeira travesti negra doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Megg Rayara diz que precisa provar diariamente que é capaz de produzir ciência dentro do campus.

"O tempo todo as pessoas estão analisando aquilo que a gente fala, o que a gente escreve, que a gente produz. Se eu tenho uma produção de qualidade é mérito meu, é mérito individualizado. Mas se por acaso eu faço uma bobagem, eu faça alguma besteira, isso vai respingar no coletivo, nas outras meninas trans, nas outras travestis", afirma Megg, hoje professora do Departamento de Educação da UFPR.

A forte presença de um movimento conservador dentro da universidade ficou clara para Megg já no processo de seleção para o mestrado. "Foram quatro tentativas. Era visível o desconforto de alguns professores quando eu chegava para fazer as entrevistas na banca. E eu nunca tinha sido reprovada na prova escrita", lembra.

Ataques e discursos de ódio cresceram no país: a pesquisa "Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral", da organização de mídia Gênero e Número, mostra que 56% das travestis, homens e mulheres transexuais afirmaram ter sofrido violência mais de três vezes durante as eleições de 2018.

Em abril deste ano, Megg Rayara foi atacada em uma página no Facebook que se propõe a unir alunos e professores da UFPR "que prezem pela moral e os bons costumes". A professora observa que lgbtfóbicos sempre existiram, circulando no espaço educacional em todos os níveis, inclusive no meio acadêmico. O que mudou foi a validação dos ataques: "O atual governo autorizou que essas pessoas se manifestassem de forma truculenta. Um governo que coloca a educação como inimiga é um governo preocupante", critica a professora.

#### Luta e resistência no campus

"Há toda uma sociedade heteronormativa que desafia nossa existência dentro da universidade", ressalta a presidente do Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE), Andreia Cantelli. Para ela, o sistema conservador é contra toda e qualquer cota, não somente para trans. As pessoas trans são afastadas dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero, afirma.

Uma pesquisa feita com mais de 250 estudantes trans do país, divulgada pelo IBTE em janeiro deste ano, mostrou que as principais dificuldades encontradas pela comunidade

LGBT nos espaços educacionais são a negação ao nome social, ao uso dos banheiros e a invalidação das pesquisas acadêmicas.

Na USP, banheiros ganharam adesivos após uma aluna trans ser agredida por um grupo de mulheres no banheiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2016. Depois do ocorrido, o conselho estabeleceu que os banheiros da universidade podem ser usados de acordo a identidade de gênero.

Desde 2015 há uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal que garante o uso do banheiro adequado ao gênero e a adoção do nome social nas instituições de ensino. A resolução, porém, não tem força de lei. Na época, o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da regulamentação. O projeto ainda aguarda designação de relator.

A criação de diretorias de diversidade pode ter papel fundamental no acolhimento do estudante LGBT no campus, que enfrenta desde piadas e comentários discriminatórios em sala de aula até assédio e agressões verbais e físicas dentro das universidades.

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Herculano lamenta não ter encontrado na instituição onde estuda um espaço que pudesse ajudá-lo quando estava em processo de transição. Homem trans, Gabriel já enfrentou muitos constrangimentos, principalmente nos banheiros da universidade.

"Já houve muitos casos de homofobia e transfobia dentro do campus e ficou por isso mesmo, pois somos invisibilizados lá dentro. O que a gente busca é informações através de outros amigos LGBTQ+, mas sabemos que não estamos amparados, não há uma política pública para isso", critica o estudante.

A Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB afirmou que busca amparar a comunidade LGBT a partir de algumas ações pontuais. Entre elas, citou apoio psicológico, restaurante universitário e bolsa permanência quando o estudante se encontra em vulnerabilidade social.

Na Universidade de Brasília (UnB), a criação da Diretoria da Diversidade permitiu encaminhar e acompanhar casos de lgbtfobia no âmbito acadêmico. Além de capacitação profissional, a UnB dispõe de bolsas emergenciais de R\$ 465 para estudantes desabrigados após conflitos familiares, que o aluno pode receber por até três meses. Em média, 20 estudantes por semestre recebem o auxílio.

#### Política orçamentária

Mas o contingenciamento de verbas das universidades públicas, no valor de R\$ 5,8 bilhões, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) vem afetando pouco a pouco algumas das políticas públicas LGBT. A primeira vítima na UnB foi um programa de formação em diversidade destinado a professores, técnicos e estudantes, cancelado por falta de recursos.

Bastante criticado pelo corte no orçamento das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou a medida acusando o uso indevido de verbas públicas em situações de "balbúrdia". Em abril deste ano, o ministro afirmou que universidades como a UnB têm permitido que aconteçam eventos políticos em suas instalações,

manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. "A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", declarou Weintraub.

Os exemplos que Weintraub citou levaram a diretoria da Diversidade da UnB a emitir uma nota em defesa do evento Drag Race, realizado em maio deste ano em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia e apontado como um exemplo de uso indevido de verbas públicas pela universidade.

"O evento foi idealizado e realizado coletivamente, sem a utilização de recursos financeiros da Universidade. O objetivo dessas ações é chamar a atenção da comunidade para a necessidade do reconhecimento e respeito às diversidades identitárias de gênero e orientações sexuais, com vistas a reduzir as violências e violações de direitos praticados pela sociedade de forma geral", diz a nota.

Apesar do orçamento restrito, a maioria das iniciativas promovidas pela diretoria continuam, garante a diretora da Diversidade da UnB, Susana Xavier. Na UFPE, no entanto, os cortes do MEC levaram a diretoria LGBT a adiar para o segundo semestre o lançamento do programa de rádio LGBT no Ar, à espera de uma última parcela de recursos para compra de equipamentos.

As políticas afirmativas para a comunidade LGBT, a exemplo de cotas para trans nas instituições que já adotaram tal medida, não correm risco devido à autonomia das universidades públicas. Mas todos os entrevistados concordam em um ponto: o momento não é favorável para quem é LGBT.

Solidariedade contra o preconceito

Na UFABC, o DCE busca parcerias com repúblicas que sejam acessíveis, baratas e "LGBT Friendly" a fim de amparar estudantes que enfrentam problemas dentro e fora de casa. As iniciativas se estendem a espaços dedicados a outras atividades, como o esporte. Primeiro time de futsal LGBTQ da Paraíba, o Dandara atua como um espaço de acolhimento e resistência, segundo Suellen Gentil, do curso de Tradução da UFPB.

Ela diz que quer ser respeitada e valorizada como mulher lésbica e acredita que a universidade é um dos principais espaços que dispõe para quebrar preconceitos. "São práticas como essas que nós reafirmamos nossa existência. Vamos continuar lutando por uma universidade que seja mais plural e diversa."

## **A TARDE - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Revista Bahia Análise & Dados recebe artigos até 9 de setembro**

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) informa que o edital de chamada de artigos para a próxima edição da Revista Bahia Análise & Dados está disponível até o dia 9 de setembro e o tema é "Governança ambiental e questões ambientais emergentes. A publicação tem como proposta estimular o debate sobre os mais diversos assuntos, tendo como colaboradores especialistas nas diversas temáticas no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, administração pública, ONGs e iniciativa privada, dentre outros.

O edital apresenta detalhes sobre a publicação e está disponível integralmente no site da SEI: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Os artigos deverão ser compostos de, no mínimo, 15 páginas e,

no máximo, 25, e deverão ser encaminhados por e-mail.

Bahia Análise & Dados é publicada semestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. A revista é editada e registrada no International Standard Serial Number (ISSN), desde 1991, e indexada ao Ulrich's International Periodicals Directory e ao sistema Qualis, da **Capes**.

topo ↕

## FOLHA PA - TEMPO REAL

### MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

#### Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes**[**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**] e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTe), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo 

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

### **CAPES e USP debatem reestruturação da pós-graduação**

A CAPES e a Universidade de São Paulo (USP) fizeram nesta terça-feira, 9, a primeira reunião de trabalho para discutir a modificação da estrutura e financiamento da pós-graduação naquela instituição. Durante o encontro, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP, apresentou o plano da universidade que foi debatido junto à Diretoria de Programas e Bolsas.

A proposta, apresentada originalmente em abril juntamente com outras instituições de São Paulo, pretende desenvolver a pós-graduação *stricto sensu* em cinco anos, incentivando a construção de projetos de pesquisa com mais qualidade. A ideia, similar a aplicada pelos EUA, determina que ao fim do primeiro ano de mestrado os alunos passem por uma qualificação e, se aptos, sigam para o doutorado. A USP busca ainda uma valorização do doutorado, redistribuindo as bolsas e aumentando o valor recebido pelos alunos, com uma taxa acadêmica para uso em congressos e eventos.

Carlos Carlotti, explicou que o tempo gasto entre o início do mestrado e o começo do doutorado, até cinco anos, é longo: “Na maior parte desse tempo o aluno não está estudando, não está fazendo o seu trabalho, ele está esperando alguma coisa como inscrição, edital, um tempo não útil”.

Para Lucas Salviano, coordenador geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional, a proposta caminha com a intenção da **CAPES** de vincular a concessão de bolsas à avaliação dos cursos. “Pretendemos trabalhar mais em parceria com as instituições. Até então definimos a quantidade de bolsas de cada programa de pós-graduação, mas não os conhecemos de perto”, afirmou.

A expectativa é de que o acordo entre **CAPES** e USP seja celebrado em setembro.

[topo](#)

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

### **Programa trará assistentes em língua inglesa para o Brasil**

Está aberto o período de inscrição de propostas para o edital nº 16/2019 do Programa **CAPES/Fulbright** de English Teaching Assistant (ETA), que selecionará projetos de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras interessadas em receber assistentes de ensino ou pesquisa em língua inglesa. O objetivo é contribuir para o aprimoramento dos cursos de bacharelado ou licenciatura em Letras, com habilitação naquele idioma.

O edital apoiará até 40 projetos institucionais com vigência de três anos. Anualmente, a **CAPES** destinará até R\$5.695.861,33 ao programa. O valor máximo concedido a cada projeto será de R\$142.396,53. Os bolsistas serão selecionados pela Comissão Fulbright nos Estados Unidos e terão como benefícios previstos mensalidade, passagens e seguro-saúde.

Os interessados em concorrer devem atender aos seguintes requisitos: ser falante nativo, cidadão estadunidense, recém-graduado com experiência em ambiente educacional e em ensino em sala de aula, ter proficiência oral e escrita em língua neolatina e algum conhecimento de língua portuguesa, além de ter disponibilidade para ficar no Brasil de fevereiro a novembro no respectivo ano de concessão de bolsa.

As instituições interessadas podem inscrever suas propostas até as 17h do dia 16/8. Os resultados serão divulgados até 30/10. Para mais informações, consulte a página do programa.

[topo](#)

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Capes e USP debatem reestruturação da pós-graduação**

**Durante o encontro, realizado nessa terça (9), Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP, apresentou o plano da universidade que foi debatido junto à Diretoria de Programas e Bolsas**

A **Capes** e a Universidade de São Paulo (USP) fizeram nessa terça-feira, 9, a primeira reunião de trabalho para discutir a modificação da estrutura e financiamento da pós-graduação naquela instituição. Durante o encontro, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP, apresentou o plano da universidade que foi debatido junto à Diretoria de Programas e Bolsas.

A proposta, apresentada originalmente em abril juntamente com outras instituições de São Paulo, pretende desenvolver a pós-graduação *stricto sensu* em cinco anos, incentivando a construção de projetos de pesquisa com mais qualidade. A ideia, similar a aplicada pelos EUA, determina que ao fim do primeiro ano de mestrado os alunos passem por uma qualificação e, se aptos, sigam para o doutorado. A USP busca ainda

uma valorização do doutorado, redistribuindo as bolsas e aumentando o valor recebido pelos alunos, com uma taxa acadêmica para uso em congressos e eventos.

Carlos Carlotti, explicou que o tempo gasto entre o início do mestrado e o começo do doutorado, até cinco anos, é longo: “Na maior parte desse tempo o aluno não está estudando, não está fazendo o seu trabalho, ele está esperando alguma coisa como inscrição, edital, um tempo não útil”.

Para Lucas Salviano, coordenador geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional, a proposta caminha com a intenção da **Capes** de vincular a concessão de bolsas à avaliação dos cursos. “Pretendemos trabalhar mais em parceria com as instituições. Até então definimos a quantidade de bolsas de cada programa de pós-graduação, mas não os conhecemos de perto”, afirmou.

A expectativa é de que o acordo entre **Capes** e USP seja celebrado em setembro.

topo ↕

## JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

### **Pós-graduação em Educação da UFSCar recebe inscrições em processo seletivo de mestrado e doutorado**

#### **Pessoas interessadas devem ser inscrever até o dia 19 de julho**

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) abriu processo seletivo para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, com ingresso no primeiro semestre de 2020. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo site do Programa ([www.ppge.ufscar.br](http://www.ppge.ufscar.br)) até o dia 19 de julho, mediante envio de documentação, detalhada nos editais. No total, estão sendo oferecidas 57 vagas para o mestrado e 39 para o doutorado.

O processo seletivo para o mestrado será composto por quatro fases: avaliação do projeto de pesquisa, prova escrita, arguição do projeto e análise de currículo. As três primeiras são eliminatórias e a última é classificatória. Para o doutorado, o processo tem três fases, sendo as duas primeiras eliminatórias – análise do projeto de pesquisa e arguição do projeto – e a terceira é análise do currículo, de caráter classificatório.

#### **Avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capex)** com conceito 5, o PPGE tem sete linhas de pesquisa: “Educação em Ciências e Matemática”; “Educação Escolar: Teorias e Práticas”; “Educação, Cultura e Subjetividade”; “Estado, Política e Formação Humana”; “Formação de Professores e outros Agentes Educacionais”; “História, Filosofia e Sociologia da Educação”; e “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

topo ↕

## NOTISUL - SC - TEMPO REAL

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

**A ação faz parte de estratégias pensadas na pasta para tornar a carreira mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes. Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou ontem (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

## Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capex[Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

## Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo 

## **O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL**

### **Com intercâmbio, acadêmicos da UEMS vão para o Canadá**

Arthur José Medeiros e Lucas Grechi Leme, do Curso de Ciências da Computação da UEMS, Unidade de Dourados, e Tatiane Aparecida Curim Faria, que está no terceiro ano do Doutorado em Agronomia, na UEMS de Aquidauana, foram selecionados pelo Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Eles embarcam, neste segundo semestre, para o Canadá. O programa é do governo canadense e concede bolsas para mobilidade acadêmica no país a estudantes da América Latina.

O ELAP é destinado a estudantes de graduação, mestrado e doutorado. O programa de mobilidade acadêmica no Canadá funciona como uma graduação ou pós-graduação conhecida como "sanduíche": o estudante passa de 4 a 6 meses no Canadá e retorna para terminar seus estudos no Brasil. As inscrições foram em março desse ano e o resultado saiu em junho, quem ajudou no processo de candidatura dos três acadêmicos foi a Arelin – Assessoria de Relações Internacionais.

A técnica administrativa Maria Eugênia Petenuci atua na Arelin e auxilia os acadêmicos

nesse processo do intercâmbio. “A Arelin tem esse papel, que é dar apoio aos processos e programas de intercâmbios internacionais e nacionais. O aluno interessado conduz todo o processo de inscrição e nós assessoramos com a documentação exigida e, principalmente, conduzindo a intermediação com a Universidade escolhida para realização de um convênio ou termo de cooperação. O êxito desses alunos nos deixa muito contentes e com certeza, essa experiência será muito importante e enriquecedora para os alunos e também para a UEMS, que se firma internacionalmente tendo alunos novamente selecionados pelo ELAP”, explica Maria Eugênia.

De malas prontas!

O acadêmico do terceiro ano de Ciências da Computação, Arthur José Medeiros, já teve experiências anteriores morando fora do país e se diz tranquilo, acredita que o frio na barriga só vá aparecer momentos antes do embarque. Mesmo sem o nervosismo pré viagem, ele sabe que passará por uma experiência única, “É uma oportunidade que eu não podia deixar passar, é um intercambio no Canadá. O que esse período lá agrega no meu currículo não tem valor”.

O acadêmico, Lucas Grechi Leme, está no quarto ano de Ciência da Computação e conta que também estava em busca de alguma oportunidade que pudesse agregar o currículo. “ O intercâmbio com certeza trará experiências e contatos, acho que é o que você consegue numa viagem dessa. Acho que será um diferencial”, conta o acadêmico.

A data da viagem ainda não está marcada, mas o destino já está certo, os dois vão para a Brandon University que fica na cidade de Brandon na província de Manitoba. Durante o período do intercâmbio eles irão desenvolver pesquisas científicas.

Quem também está se preparando para passar alguns meses no Canadá é a acadêmica do terceiro ano do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronomia da UEMS/Aquidauana, Tatiane Aparecida Curim Faria. Ela irá pelo ELAP para a University of Guelph, localizada na cidade de Guelph (província de Ontário).

Não é a primeira vez que Tatiane irá passar um período fora do Brasil, entre dezembro de 2018 a maio de 2019, ela fez um doutorado sanduíche pela **Capes** também na University of Guelph.

“ Durante meu intercâmbio anterior soubemos da bolsa ELAP e vimos a oportunidade de dar continuidade a pesquisa. Estou feliz e ansiosa para retornar ao Canadá (apesar da inevitável saudade da família e amigos que ficam no Brasil). No meu primeiro intercâmbio tive uma experiência positiva e conheci pessoas que me acolheram e incentivaram vivenciar a cultura canadense e o clima congelante”, relata Tatiane.

A viagem ainda está sem data marcada, mas provavelmente será no início de setembro. Na UEMS em Aquidauana, a acadêmica tem orientação do professor Dr. Jolimar Schiavo e na Universidade canadense a supervisão do professor Dr. Richard Heck, no Laboratório de Imagem do Solo.

“ Nossa pesquisa é na área de solos, buscamos entender a gênese dos solos através de imagens 2D (micromorfologia do solo) e 3D (tomografia do solo). Através do intercâmbio vejo uma oportunidade de agregar qualidade ao estudo desenvolvido e

assim a produção de artigos científicos em periódicos de alto fator de impacto. Além da grande oportunidade de parceria entre as universidades (University of Guelph e UEMS), também incentivando outros estudantes a participarem de intercâmbio e acreditarem que é possível desenvolver nossa pesquisa, não ficando apenas no papel”, finaliza.

## Da UEMS para o Mundo

Gustavo Moura é ex-aluno da UEMS, fez o Mestrado em Letras - estudos em linguagens na unidade de Campo Grande. Em 2016, ele foi para o intercâmbio no Canadá através do ELAP durante o período do mestrado. A pesquisa desenvolvida por ele foi em torno do desenvolvimento docente de professores de língua inglesa em contexto internacional.

“ O intercâmbio abre horizontes e possibilidades. Te ajuda a enxergar que culturas se comportam e transformam diferentes umas das outras. Acho que o intercâmbio te abre os olhos para tentar entender um pouco mais do papel das pessoas e dos lugares na sua vida e como tudo te ajuda a ser mais empático com a sociedade e lutar por algo melhor também”, relata Moura.

Depois da experiência no mestrado, Gustavo voltou para o Doutorado na Universidade de Manitoba no Canadá, onde ele está atualmente, “ O intercâmbio te dá a chance de conhecer outras pessoas no seu campo de atuação e estabelecer contatos. Ajuda na sua capacitação profissional e te abre portas, e foi assim que voltei para o doutorado”, finaliza.

## Oportunidades Arelin

Mais informações sobre as oportunidades de bolsas de intercâmbio, acesse a página da Arelin: <http://www.uems.br/arelin/menu/650928a66b739a16d1141f38dda820b7>

topo ↕

## UFPEL - TEMPO REAL

### Conectar gradua Indeorum e tem quatro novas empresas incubadas

Em cerimônia na tarde desta terça-feira (9), no Pelotas Parque Tecnológico, a Conectar – Incubadora de Base Tecnológica da UFPel graduou a startup Indeorum após a avaliação positiva dos requisitos necessários e assinou contrato de incubação com quatro empresas que estavam pré-incubadas.

Fundada em 2014, a Indeorum atua principalmente na área de Data Science (extração e análise de dados) e nasceu dos fundadores da Hut8, Empresa Júnior da Computação da UFPel. Em fevereiro de 2016, a startup foi pré-incubada pela Conectar e já em julho do mesmo ano conseguiu alcançar os requisitos para passar à fase de incubação. Com 25 profissionais, a Indeorum conquistou importantes clientes como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e, mais atualmente, a Unimed. A graduação da empresa sugere que ela já tem maturidade administrativa suficiente para atuar sem o suporte da Incubadora.

Presente na cerimônia, o reitor Pedro Curi Hallal fez um apanhado sobre a trajetória da política de apoio ao empreendedorismo na UFPel. Para ele, a base da política de gestão

é a formação inicial com o oferecimento de disciplinas na área de inovação em todos os cursos de graduação, passando pelas empresas juniores até chegar à Conectar, junto ao Parque Tecnológico. “Sinto orgulho em ver uma política de gestão dando resultados. A Indeorum já é reconhecida em vários lugares do País”, celebra.

Na apresentação dos resultados da Indeorum, Glauco Munsberg, revelou que a startup teve um crescimento de 1015% neste último semestre e destacou que um dos orgulhos dele e de seus sócios André Alba e Daniel Retzlaff é a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da região, além de conseguir manter na cidade os profissionais formados na UFPel.

Atualmente, 25 profissionais permanecem em Pelotas trabalhando na Indeorum. “Quando pensamos o que fazer depois de formados, a primeira opção é ir para São Paulo, mas nós pensamos que poderíamos formar esta mesma cultura que procuramos lá fora, aqui em Pelotas. E hoje conseguimos atender grandes clientes. São clientes de Brasília, de Porto Alegre e Santa Maria que nós, aqui no sul do sul do Rio Grande do Sul, uma cidade no final do Brasil, estamos atendendo.”, comemora Glauco.

O coordenador da Conectar, Felipe Marques, parabenizou as conquistas da equipe da Indeorum e apresentou as próximas ações da Conectar para o desenvolvimento do empreendedorismo na UFPel. “Faremos uma série de visitas às unidades acadêmicas com o objetivo de ampliar as possibilidades de empreendedorismo na Universidade”, disse.

O coordenador de Inovação Tecnológica, Vinicius Farias Campos, destacou o legado da Indeorum para a política de inovação e empreendedorismo da Universidade que também foi qualificada a partir das experiências vivenciadas com a empresa. No mesmo sentido, a administradora da Incubadora, Adalice Kosby, discorreu sobre o que a Indeorum representa para Universidade e sobre as suas contribuições para o futuro da Conectar.

## Produtos

Os softwares desenvolvidos pela empresa se constituem em sistemas que objetivam dar suporte à tomada de decisões e à alocação de recursos nas instituições de ensino superior.

O Cientum é um sistema de apoio ao processo de acompanhamento da produção científica nas instituições, auxiliando na condução de decisões e alocação de recursos.

O Quantum (<http://quantum.indeorum.com/ufpel>) é um sistema de busca de competências que permite identificar pesquisadores que atuem em determinada área da ciência ou da tecnologia.

O Ranquium é um serviço para órgãos de fomento e instituições de ensino focado em reduzir o tempo gasto na avaliação de editais e concursos.

O Atimum é uma ferramenta que permite o acompanhamento, de forma simples, de pesquisadores e suas produções.

## Capex

Em 2018 a Indeorum apresentou uma proposta de trabalho para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** que com a aprovação colocou a **Capes** como o maior cliente da startup.

O contrato prevê a construção de uma Dashboard dos programas de pós-graduação do Brasil, que será apresentado em breve. A plataforma será um local onde os coordenadores de pós-graduação poderão obter informações, em tempo real, sobre seus programas o que tornará mais simples a busca e a leitura de informações dos programas.

Novas empresas

Durante a cerimônia, quatro novas empresas firmaram contrato com a incubadora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A Vouconstruir.net é uma plataforma criada para intermediar a relação cliente-prestador, com profissionais verificados, garantindo a satisfação do contratante e a justa remuneração do profissional contratado. São oferecidos serviços gerais, como limpeza de caixas d'água e instalação e manutenção de portas e janelas. Serviços elétricos, como manutenção e instalação de componentes elétricos. Serviços hidráulicos, como manutenção de encanamentos, reparos ou instalação para componentes hidráulicos além de pinturas e impermeabilização.

Já a Elixir AI possui uma plataforma de Inteligência Artificial para Previsão de Demanda Futura para vendas de produtos que identifica de forma automática quais fatores são mais importantes para a Previsão de Vendas na empresa e encontra a fórmula que combina todos estes fatores. A tecnologia permite prever qual será a curva de venda de produtos novos e qual é o mix de produtos ideal para cada PDV ou região.

A Ignis Animal Science desenvolve produtos inovadores para os setores farmacêuticos e de nutrição animal de precisão, buscando oferecer soluções que otimizem o serviço do setor pecuário, proporcionando técnicas menos laboriosas e contribuindo para o bem-estar animal. A empresa também atua como prestadora de serviços ofertando cursos e palestras para agronegócio, firmando parcerias com empresas, startups e grupos de pesquisas das universidades do Brasil, prospectando ideias de novos produtos e inovação incremental para produtos já existentes.

A Unieloo é uma startup agenciadora de serviços na área da saúde voltada para a comunidade estudantil, sem qualquer tipo de mensalidade. O objetivo é levar atendimentos de qualidade para comunidade estudantil com preços mais acessíveis. A empresa seleciona profissionais que tenham tido vínculo com as instituições de ensino de Pelotas e que aceitem parcerias para oferecer descontos generosos aos estudantes. O site da startup é <https://www.unieloo.com/>.

## **CORREIO DE NOTÍCIAS ON LINE - TEMPO REAL**

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

## **CORREIO DO ESTADO - MS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou ontem (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que

melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

## Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

## Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores,

além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

## **O DEBATE - MA - TEMPO REAL**

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou nesta terça-feira (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

### **Atratividade**

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está

realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

#### Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

#### Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↗

## O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL

### MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. "Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não", disse Mariana, que participou ontem (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

### Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. "Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho."

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. "Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas". A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

### Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base

Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para "ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base", conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada ontem, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta. (Agência Brasil)

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### MEC divulga resultado do Fies do segundo semestre

**Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero; quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto**

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta terça-feira, 9, o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies para o segundo semestre. A consulta deve ser feita pelo site do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

#### Vestibular

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar Foto: Werther Santana/Estadão

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho. Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

#### Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

#### Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento./ Com Agência Brasil

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **MEC quer condicionar repasse para estados a resultados na educação**

#### **Modelo inspirado pelo Ceará foi adotado por Pernambuco e está em estudo pela gestão Doria e por mais 2 estados**

O governo Jair Bolsonaro (PSL) quer obrigar estados a criarem leis que condicionem a distribuição de recursos para os municípios aos resultados educacionais. A proposta prevê retenção de repasses para quem não se adequar.

A ideia de impor a distribuição de verba do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) de acordo com indicadores de qualidade de ensino é inspirada na experiência do Ceará, que destina 18% do tributo por esse critério. O modelo cearense foi adotado neste ano em Pernambuco e está sob estudo pelos governos de São Paulo, Amapá e Espírito Santo.

A transformação dessa medida em uma política nacional faz parte da proposta levada pelo MEC (Ministério da Educação) à Câmara no âmbito da discussão do Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica.

O fundo é alimentado por impostos recolhidos por estados e municípios. A União complementa o montante com um extra de 10%.

No ano passado, o Fundeb distribuiu R\$ 148,3 bilhões — mais de 40% do gasto do país em educação. Ele vence em 2020, e o Congresso agora avalia emenda constitucional para torná-lo permanente. As propostas em trâmite na Câmara e no Senado para a renovação do indicam aumento da complementação da União, chegando a percentuais que vão de 30% a 40%.

Além de ampliação de verbas e de mudança na forma de distribuição, também está em análise a adoção de regras que vinculem a transferência de dinheiro à melhoria de indicadores educacionais.

Nesse sentido, o governo Bolsonaro propôs elevar sua contribuição dos atuais 10% para 15% e quer a inclusão de novo parágrafo na Constituição para determinar aos estados que criem leis para distribuir parte do ICMS aos municípios “em função de índice municipal que meça a qualidade educacional”.

Os recursos dessa bonificação seriam tirados do volume disponível, o que reduziria o valor potencial para municípios com pior desempenho.

Combinado a isso, o documento sugere a retenção, a partir de 2021, de 10% relativos à contribuição para o Fundo de Participação dos Estados caso haja descumprimento sobre a criação das leis propostas pelo MEC.

A pasta diz que o objetivo é “incentivar a gestão por resultados e a implantação efetiva do regime de colaboração”. Para os críticos da ideia, ela contraria o pacto federativo e penaliza municípios com mais dificuldades, uma vez que sobram menos recursos para quem mais precisa.

A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) é uma das que se coloca contra a sugestão do MEC. Ela e o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) também apresentaram proposta para incluir mecanismo de distribuição de recurso a partir da evolução de resultados, mas com verbas adicionais, e não do mesmo bolo. O projeto da dupla também prevê assistência técnica dos estados aos municípios, na qual seria aplicado o dinheiro extra.

Esse apoio extra é adotado pelo Ceará, precursor do modelo e reconhecido por bons resultados nos anos iniciais do ensino fundamental.

O estado usa como critério principal para a distribuição de 18% do ICMS o desempenho dos estudantes nas provas oficiais, mas também são levados em conta outros quesitos, como evasão escolar e o número de alunos fora da idade adequada para a série.

Ganham mais os municípios que obtêm bons resultados e os que, mesmo com resultados ruins, mais evoluem. A verba arrecadada como prêmio pode ser usada pelos prefeitos em qualquer área da administração.

De olho nos resultados, a gestão de Paulo Câmara (PSB) em Pernambuco decidiu neste ano replicar parte do modelo, em um plano de alfabetização que inclui a criação de uma área específica para isso na secretaria de Educação.

Além de promover treinamentos e parcerias entre escolas, o estado vai destinar os mesmos 18% do ICMS de acordo com resultados dos municípios nas avaliações oficiais. Hoje, já há um pequeno incentivo, mas ele só responde por 3% do tributo.

O secretário Fred Amancio vê a iniciativa como forma de incentivar os municípios a melhorar o ensino. “Como engajar os prefeitos? Se depender só do amor à educação, talvez não engaje todos”, diz.

Secretário-executivo da pasta da Educação da gestão João Doria (PSDB), Haroldo Corrêa da Rocha diz que o governo paulista estuda há cerca de três meses a adoção do incentivo financeiro via ICMS.

Em sua opinião, a ideia é interessante por incentivar os prefeitos a adotarem políticas com foco na melhoria de aprendizagem e não em obras, por exemplo.

Os governos do Amapá e do Espírito Santo afirmaram à Folha que também estudam a adoção da medida. Secretário-executivo de coordenação com os municípios na pasta de

Educação do Ceará, Márcio Brito diz que o estado foi procurado recentemente também pelos governos da Bahia e do Maranhão, interessados em conhecer a experiência.

A imposição da medida a todas as unidades da federação, porém, encontra resistência no Congresso e entre organizações da área.

Ex-secretário de Educação do Ceará, o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) diz que “estão usando o nome” do estado para defender uma medida cuja implementação depende da realidade de cada ente.

“Não há consenso, e tem muitos estados e municípios que não podem perder nada”, diz. “Sou defensor do mérito, mas não acho que a gente tenha de descer nesse nível de detalhes no Fundeb.”

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação encaminhou à Câmara nota em que diz considerar inconstitucional a iniciativa do MEC por ofender o federalismo e desvirtuar a lógica do Fundeb. O entendimento é similar com relação à proposta de Tabata Amaral.

“O Ideb (indicador federal de qualidade) considera só quem está dentro do sistema e a busca por resultado tem desestimulado os sistemas a incluir”, diz o coordenador geral da Campanha, Daniel Cara.

Para Priscila Cruz, do Todos Pela Educação, constitucionalizar propostas específicas não é bom. “Se um estado achar uma saída melhor, efetiva e justa, não pode fechar para inovações [ao incluir uma opção na Constituição]”.

Parlamentares defendem que iniciativas particulares de indução de qualidade estejam fora da PEC do Fundeb e sejam incluídas na regulamentação do fundo ou na lei de criação de um Sistema Nacional de Educação — já em trâmite e que trata do regime de colaboração entre municípios, estados e União.

“Não sou contra avaliação de desempenho, mas não posso discutir premiação por resultado se temos um déficit da complementação da União e redes com muitas dificuldades”, diz o presidente da Comissão especial do Fundeb, deputado Bacelar (Pode-BA).

A expectativa é de que o relatório sobre o fundo seja apreciado na comissão até agosto. Se aprovado, segue para votação no plenário da Câmara. Depois, precisa ser analisado pelo Senado.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Prefeitura de Campinas faz ação para identificar alunos superdotados e programa centro de altas habilidades**

**Adolescente de 11 anos com habilidade em artes está no grupo que passa por estudo para identificar características da superdotação. Centro para desenvolver potenciais deve ser inaugurado em 2020.**

Um traço que chama a atenção em desenhos, notas musicais que fluem espontaneamente, uma matemática muito avançada para a idade. Algumas habilidades apresentadas por crianças e adolescentes têm surpreendido professores da rede pública de Campinas (SP), que está fazendo uma ação para identificar alunos superdotados.

"Gostava de desenhar desde pequenininho, foi algo intuitivo. Eu não descobri. Comecei a desenhar e não parei mais", conta João Pedro Crepaldi, de 11 anos.

Professora na área de educação especial há 28 anos, Elenir Santana Moreira defende que o desenvolvimento desses alunos é uma questão de direito de aprendizagem.

"Olhar para um menino que tem a potencialidade da superdotação e propiciar pra ele subsídios para que ele se desenvolva para mim é questão de humanidade. É questão de direito de aprendizagem. Porque senão ele acaba ficando desmotivado dentro dessa escola e acaba nem se sobressaindo", afirma.

A ação faz parte de um programa que prevê um centro de altas habilidades para 2020. O local já está em estudo, pois precisa viabilizar o acesso dos estudantes das escolas municipais.

No contraturno, os alunos selecionados terão como desenvolver talentos que fogem da média para as idades deles, seja com materiais diferentes ou com profissionais de diversas áreas.

"Se a gente levar em consideração a porcentagem de 5% dos alunos, daria no mínimo 3 mil alunos. Isso pensando na perspectiva até mais baixa da questão das altas habilidades, porque alguns estudos indicam que até mesmo 15% da população têm alguma alta habilidade", ressalta Elise Helena Batista Moura, uma das coordenadoras pedagógicas do núcleo de educação especial.

#### Futuro artista

O jovem João Pedro estuda na EMEF CAIC Professor Zeferino Vaz. Quando tinha 9 anos, seus desenhos chamaram a atenção da professora de artes. Aquilo que se apresentava como uma descoberta para os educadores já fazia parte da vida do menino desde sempre.

"Gosto de desenhar porque é algo que me relaxa. É algo intuitivo, ver todos os processos... E também acho muito divertido", conta João.

A família foi envolvida na admiração que ele provocava entre colegas e educadores. Além do estímulo na sala de aula, os pais resolveram investir para que ele também tivesse contato com técnicas profissionais em um curso aos sábados.

Segundo o professor de desenho e pintura Sérgio Campelo, João Pedro participa de discussões profundas sobre história da arte e ciências da natureza, e se destaca. "Quando ele começou, ele já queria ser um artista".

"O desenho dele é como o de um adulto que está fazendo faculdade de artes. A atenção que ele tem, saber da técnica, e não somente desenhar. A curiosidade é muito grande e ele consegue ter esse salto", diz Campelo

O resultado do incentivo e da atenção dada à paixão do garoto desde os 4 anos surpreende a mãe.

"Há muito tempo ele já não pede mais carrinho, brinquedo. Ele se interessa por materiais de artes. Ele bate um papo, pesquisa muito. Ele fala que quer ser um artista

completo, faz um pouco de realismo, de cartoon. O que eu posso fazer para incentivar eu faço. Ele sonha tanto, fala: Nem no Brasil eu vou ficar", conta a mãe Giovana Crepaldi Gonçalves.

"Uma das coisas que mais quero fazer é ser cartunista, quadrinista e ilustrador. Quero muito vencer isso no futuro", diz o menino.

Onde estão e como identificar estes alunos?

Professores das escolas da rede municipal começam a fazer um treinamento mais especializado no segundo semestre deste ano para treinar um olhar diferenciado para identificar os alunos com potencial além do esperado.

As áreas analisadas são: intelectual, acadêmica, artística, psicomotora e liderança. E eles precisam:

ter inteligência acima da média ter comprometimento com a atividade ser criativos

"A gente tem estudado bastante as possibilidades do trabalho pedagógico a partir da perspectiva da educação inclusiva. Olhar para a diversidade presente na sala de aula, as necessidades de cada um dos alunos, como potencializar essa capacidade que cada criança tem de forma que eles se sintam acolhidos e desafiados", explica Elise Helena.

A rede pública de Campinas já possui salas de recurso multifuncionais em algumas escolas. São espaços com diversos equipamentos e materiais que concentram estudantes resultantes de um primeiro filtro dos professores.

"A gente tem um relatório que os professores respondem, a família e o próprio aluno. A gente vai buscando reconhecer em que área ele se sobressai mais, é um processo bem cuidadoso. É um parecer que pode demorar de seis meses a um ano" explica a professora Elenir.

No caso de João Pedro, Elenir destaca a percepção dele desde muito cedo sobre a importância de fazer, por exemplo, um autoacompanhamento da sua evolução.

"Ele disse: Eu desenho desde os meus 4 anos e eu faço uma repassagem desse desenho. Eu pego os desenhos que já fiz e redesenho para eu ver a minha evolução. Além de tudo, ele tem um vocabulário riquíssimo para a idade e tem esse comprometimento que é dele, você não precisa ficar estimulando", lembra a professora.

O impulso despertado entre os estudantes com mais habilidades funciona também como estímulo para os demais alunos também começarem a descobrir e desenvolver talentos, diz a professora.

E o que acontece depois?

O parecer final poderá ser feito pelos próprios educadores. No fim deste ano, seis alunos que já demonstraram habilidades em diversas áreas e escolas municipais da cidade terão as análises concluídas.

Ao fim do processo, os relatórios dos estudantes identificados como superdotados/altas habilidades será encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) que, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), pode viabilizar mais investimentos para Campinas.

Um aluno identificado com altas habilidades representa dupla matrícula para o MEC, segundo o órgão.

O Ministério informou ainda que, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2018, "o total de alunos com altas habilidades/superdotação matriculados em escolas regulares da rede pública e privada no Brasil é 22.161, distribuídos em 1.846 municípios. Há ainda 221 estudantes matriculados em escolas exclusivas, também distribuídas pelo território nacional".

[topo](#)

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **MEC divulga resultado do Fies do segundo semestre**

**Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero; quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto**

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta terça-feira, 9, o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies para o segundo semestre. A consulta deve ser feita pelo site do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho. Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre

# CLIPPING



três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento./ Com Agência Brasil

